

concerning how these relationships are played out. For example, several studies have shown a statistically significant association between maternal education and child health. However, we are left wondering how one year of schooling “*actually influences breast-feeding, if at all*” (Mosley, 1992).

These sorts of questions are important for the often implicit and forgotten research objective of many projects: to make policy recommendations and to aid in the implementation of health promotion programs. Policy-makers are rarely persuaded by studies which are not based on numbers. Yet the power of numbers is to show associations. Once we know that two variables are statistically associated, how do we proceed to understand how the relationship between these two variables actually came about?

Manoel Romeu Gutierrez

Marco Antonio Barbieri

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

No campo específico da pesquisa em saúde-doença — enquanto processo social —, no qual situaremos estes comentários, é imprescindível explicitar alguns conceitos sobre os quais eles se sustentarão.

Há evidências históricas de que as mudanças das bases conceituais sobre as quais assentam-se os métodos de pesquisa do processo saúde-doença seguiram as trajetórias determinadas pela expansão do processo capitalista, às quais faremos recorte a partir da mudança observada na influência exercida sobre as escolas médicas brasileiras, que passou das escolas européias — principalmente a alemã — para as escolas norte-americanas, de orientação positivista (funcionalista). Esta mudança efetivou-se e consolidou-se com o deslocamento do eixo das negociações político-econômicas do continente europeu para a América do Norte, o que lhes configura os móveis do caráter ideológico das suas determinações. As doenças são, desde então, apreendidas às margens de seus determinantes últimos e da sua historicidade, ou seja, passam a ser apreendidas pelas aparências

imediatamente percebidas pelos sentidos, em oposição à concepção de manifestações socialmente determinadas, como descritas por Villerme, em 1829, e Grotjahn em 1911, entre outros (Rosen, 1979). Houve, conseqüentemente, um verdadeiro redirecionamento dos pressupostos metodológicos ao se redefinir seus objetos, nos quais o sentido individual e explicativo de “qualidade de vida” e *habitus* — resultantes das relações sociais de produção — deu lugar ao sentido prevalente de “condições de vida”, “níveis mensuráveis”, “padrões (ideais) de vida”, todos referenciados a um certo *life style*, ou seja, dando ênfase ao plano descritivo e às relações entre os fenômenos, negando, assim, a existência de leis gerais objetivas do desenvolvimento social.

No sentido do paradigma anterior, a concepção de **método** resgata tanto o significado qualitativo das manifestações dos fenômenos biológicos individuais (a saúde-doença) e seus determinantes sociais, educacionais e, portanto, históricos, quanto o significado quantitativo das mesmas, em suas manifestações coletivas ou populacionais. É o instrumental organizativo do pensamento lógico do qual a ciência lança mão para a descrição, compreensão e explicação da “essência” dos fenômenos, da “coisa em si”, e de sua historicidade, ou seja, seus determinantes últimos, a cuja explicação atribui-se o estatuto provisional de verdade científica. Ora, a verdade, tal como a saúde, só tem existência prática, não existindo no “reino do pensamento” ou como idealização. Portanto, ela encerra, enquanto manifestação concreta, tanto a “qualidade” de ser (objetiva-subjetiva) quanto a “quantidade” de suas representações históricas (descritiva). Estas são dimensões imanentes das suas categorias socialmente determinadas. Logo, o método não pode ser excludente de qualquer dos predicados das manifestações fenomênicas concretas em busca do pressuposto da “verdade” — seja lá o que ela for —, caso em que a ciência retorna aos modelos idealistas de pensamento em pesquisa social, pela impossibilidade mesmo de superar seus pressupostos teóricos. Primeiro, por não dar conta dos problemas das relações homem-natureza e dos homens entre si, em direção a uma concepção que situe a atividade prática humana no centro do seu objetivo e onde a práxis apareça como

fundamento, critério de verdade e finalidade do conhecimento. Segundo, por não constituir seu objeto como produto da atividade subjetiva, como real, objetivo, material, resultado último do “modo de levar a vida” — ou, como cita Minayo, do mundo dos símbolos, dos significados, da subjetividade e da intencionalidade, ou seja, por considerar o objeto às margens da subjetividade humana, fora da sua atividade. Terceiro, pelo limite conceitual, que não possibilita considerar o homem não-racional e histórico.

A escolha do método de pesquisa, no campo da Medicina Social, não se fundamenta, portanto, em critérios teóricos, mas em critérios práticos, os quais a experiência das próprias pesquisas tenderia a superar. Mas, e acima de tudo, pela “escolha” do referencial teórico, ela em si ideológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KOSIK, K., 1976. *Dialética do Concreto*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, K. & ENGEL, F., 1991. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec.
- ROSEN, G., 1979. *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro: Graal.
- VAZQUEZ, A. S., 1977. *Filosofia da Práxis*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Luiz Fernando Dias Duarte

Departamento de Antropologia, Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro

Se, como quer o melhor pensamento antropológico, nenhum fenômeno pode ser compreendido fora do contexto de que emerge, não há por que se surpreender que um debate rigoroso sobre as estratégias de pesquisa e a forma de conhecimento sobre o social enverede por vias diferentes dentro da Escola Nacional de Saúde Pública e dentro de um programa de pós-graduação em Antropologia Social como aquele a que pertencemos. Ambas as instituições devem responder a desafios que fazem aguçar tal ou qual outro instrumento. E é do conhecimento mútuo dessas justas lides locais que uma percepção verdadeiramente mais abrangente das Ciências Humanas pode brotar.

É, assim, fascinante verificar a produtividade

do debate entre “método quantitativo” e “método qualitativo” que a convivência entre estatísticos e antropólogos pode suscitar numa instituição que recorta sua identidade por um referente empírico concreto (a saúde), para cujo conhecimento (ou compreensão) específico convoca-se um amplo leque de saberes. Em meu Programa, a identidade é dada pela unidade (ainda que relativa) do saber, só então demandado à aplicação de algum objeto. Em situação, colorem-se de tons algo distintos as nossas — sob outro ponto de vista universais — querelas metodológicas ou epistemológicas.

Não é um vão recurso retórico dizer que a Antropologia ao mesmo tempo recusa e opera com a dicotomia entre o “quantitativo” e o “qualitativo”. Com efeito, se não há nenhuma desvalorização dos dados quantitativos nas estratégias de apreensão antropológica dos fenômenos sociais, a sua produção caracteriza-se classicamente pelo privilégio à qualidade. Ocorre, porém, que esse privilégio, mais do que metodológico, é epistemológico, ou seja, colore a própria constituição dos objetos de conhecimento, antes que se possa cogitar a melhor maneira de captá-los ou expressá-los. O privilégio da “qualidade” é, na verdade, o privilégio do “sentido”. As estratégias quantificantes ou matematizantes, por um lado, e aquelas de registro e análise de impressões pessoais num caderno de campo, por outro, podem ser faces de uma mesma moeda heurística, se a postulação da questão que se dirige ao que é mensurado ou percebido é suficientemente crítica e controlada. Crítica e controle do conhecimento antropológico significam, acima de tudo, comparar e relativizar, telescopizar o fenômeno no seu contexto, e o contexto, por sua vez, no conjunto de contextos acessíveis à experiência etnográfica.

O texto do Minayo & Sanches evoca muito claramente esta dimensão constitutiva do **sentido** na Antropologia ao tratar do “método qualitativo” e de sua dívida para com a tradição romântico-hermenêutica alemã. Efetivamente, boa parte de sua história desenvolveu-se sob a inspiração deste *Verstehen* que a reação à redução iluminista pela explicação fez suscitar e florescer. Ela é, sem dúvida alguma, o que de mais polar se pode reconhecer ante a atitude positivista. E, na medida em que — na tradição